

# **TERRITÓRIO E AGRICULTURA NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA: campo não moderno e produção para o consumo local**

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira  
Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Campus Sta. Mônica CEP38408-100, Uberlândia (MG), Brasil  
tel. (55 34) 3239.4169 - mirlei@ig.ufu.br

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil  
jckc@uol.com.br

## **RESUMO**

Os estados de Rondônia e Acre, porção sudoeste da Amazônia brasileira, conhecem nas últimas duas décadas esforços de modernização das atividades agrícolas, com a adição de um novo equipamento territorial, um conjunto de melhorias tecnológicas e maior nível de capital investido em atividades produtivas que agora se voltam inclusive para a exportação. No entanto, as práticas tradicionais de uma agricultura voltada para o consumo local continuam a existir, configurando um “campo não-moderno” (pouco capitalizado) que atende aos interesses do próprio lugar. O texto avalia a dinâmica do uso do território nos estados de Rondônia e Acre a partir das atividades agrícolas não-modernas e pouco capitalizadas no campo.

**Palavras-chaves:** Território usado, agricultura; campo “não-moderno”; Amazônia; Rondônia, Acre.

## **ABSTRACT**

The states of Rondonia and Acre, in southwestern Brazilian Amazon, known in the past two decades efforts to modernize agricultural practices, with the addition of new territorial equipment, a set of technological improvements and higher level of capital invested in productive activities that now turn even for export. However, the traditional practices of agriculture addressed to local consumption still exist, setting up a “non-modern field” (little capitalized) that serves the interests of own place. The text evaluates the dynamics of territory use in the states of Rondonia and Acre from that non-modern field and agricultural activities thinly capitalized.

**Key words:** Used territory, agriculture, “non-modern” field; Amazon, Rondonia, Acre.

## **RESUMEN**

Los departamentos de Rondônia y Acre, porción suroeste de la Amazonía brasileña, han conocido en las dos últimas décadas esfuerzos para modernizar las actividades agrícolas, con la inserción de nuevos contenidos territoriales, una serie de mejoras tecnológicas y mayores aportes de capital en actividades productivas que, actualmente, se dirigen inclusive a la exportación. Sin embargo, las prácticas tradicionales de una agricultura hacia el consumo local todavía persisten, estableciendo un “campo no-moderno” (poco capitalizado) que sirve a los intereses del propio lugar. El artículo evalúa la dinámica del uso del territorio en los departamentos de Rondônia y Acre desde las actividades agrícolas no-modernas y poco capitalizadas.

**Palabras-Claves:** Territorio usado, agricultura, campo “no-moderno”; Amazonía, Rondônia, Acre.

---

## **INTRODUÇÃO**

A compreensão das transformações recentes do espaço geográfico na porção sudoeste da Amazônia brasileira, estados de Rondônia e Acre (Figura 1), implica necessariamente uma análise que reconheça a totalidade dinâmica do uso do território pelas atividades agrícolas realizadas nesta região do país.

A partir dos anos setenta e até os dias de hoje, o poder público (nas suas diferentes esferas) e a iniciativa privada operam políticas que visam tornar modernas as atividades do campo nos estados de Rondônia e Acre. O meio geográfico (em que pese ser ainda muito tecnicamente rarefeito em parte considerável do sudoeste amazônico) e a estrutura fundiária (que enfrenta o problema histórico da concentração de terra, desde a ocupação da região) conhecem, sobretudo a partir dos anos noventa, formas ainda mais incisivas de preparação e apropriação do território para a empresa capitalista de origem externa.

O avanço da pecuária em vastas áreas de floresta ou mesmo tomando áreas onde originalmente foram assentadas famílias de agricultores de diferentes partes do país, concorre com as atividades agrícolas de pequeno porte praticadas com vistas a suprir as demandas locais. Tal situação se agrava ainda mais no final da década de noventa, com a viabilização de um novo corredor de exportação – a hidrovía Madeira-Amazonas (que escoia a produção de grãos realizada na região Centro-Oeste), que torna viável a agricultura moderna de exportação, sobretudo a soja, também no estado de Rondônia. Tal cultivo de exportação tem expandido em diversos municípios de Rondônia, principalmente nas áreas originalmente ocupadas pelos campos de cerrado no sul do Estado, promovendo novas dinâmicas territoriais que conferem importante reconfiguração das atividades agrícolas na região.

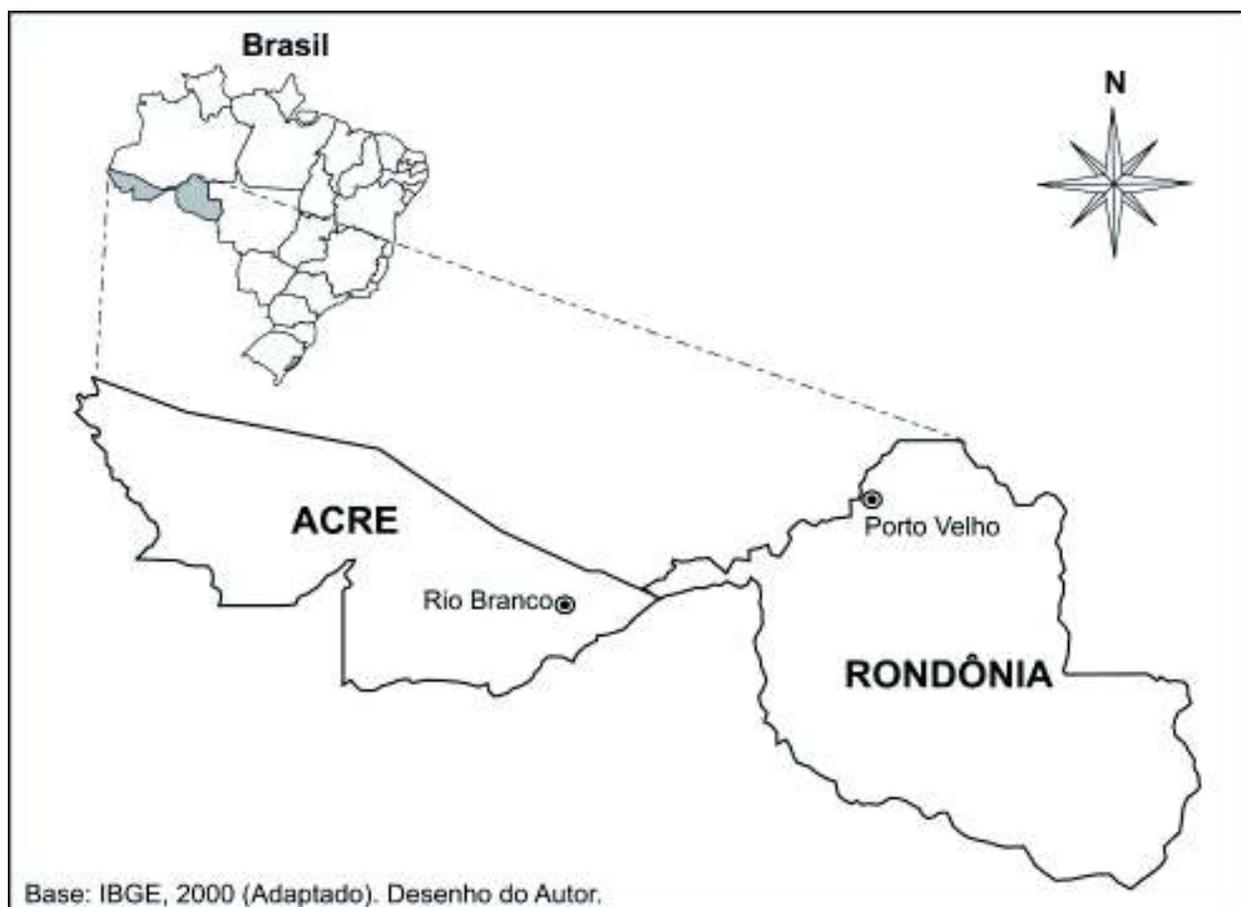


Figura 1. Estados de Rondônia e Acre, Brasil.

No entanto, uma série de condicionantes territoriais (naturais, econômicos e sociais) atua como limitação ao avanço do moderno e da racionalidade puramente mercantil aos espaços de produção agrícola em ambos os estados. As atividades simples e pouco capitalizadas do campo que visam suprir as necessidades locais, ou seja, aquela produção voltada para os interesses do próprio lugar, ainda que sempre ameaçada por projetos externos, aparece com força entre os sistemas de atividades agrícolas praticados no sudoeste amazônico. Como as lógicas da modernização e a racionalização mercadológica da produção não se inserem e não se realizam do mesmo modo em todos os espaços (já que estas não têm interesse imediato na totalidade do território), os trabalhos agrícolas realizados com base numa produção simples e de pequena escala resistem e têm mesmo nestes últimos anos tomado novas formas de realização e permanência.

A migração de milhares de famílias camponesas em busca de terra e trabalho é importante característica da formação da região, desde os anos 60. Os problemas da luta pela terra enfrentados por famílias de agricultores e também por populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, garimpeiros, etc.) quando da “invasão” do capital externo sobre o espaço regional durante

a ditadura militar, tornam o território um verdadeiro espaço de conflitos e a “redemocratização” do país é acompanhada de uma escassez de recursos para o desenvolvimento dos projetos de assentamento na Amazônia.

Hoje a maior parte dos assentamentos rurais do sudoeste amazônico ainda enfrenta uma série de problemas que limitam o seu pleno desenvolvimento (problemas com a titulação das terras, falta de assistência técnica, financiamento e infra-estrutura para o transporte da produção, etc.), que, no entanto, não impedem a instalação de novos projetos de assentamento na região, inclusive em áreas pouco dotadas de infra-estrutura ou mesmo que resultam da ocupação da floresta. Estes projetos, antigos ou recentemente instalados, são portadores de outras razões de uso do território para o trabalho.

É assim que, mais uma vez, a idéia de “território usado”, tão cara ao pensamento de Milton Santos (1994, 1996, 2000) aparece como instrumento analítico (e ao mesmo tempo político) valioso. Podermos fazer distinção analítica entre um “uso do território como recurso” e o “território usado”. O uso do território como recurso, expressão que aparece em Gottmann (1975) e é reelaborada por Milton Santos (2000) pode ser compreendido, no mais das vezes, como resultado de projetos particulares, orientados por uma razão que tem vistas somente para finalidades específicas e previamente (racionalmente) determinadas, aparecendo assim como um uso indiferente ao meio próximo, alheio ao meio circundante. O uso do território como recurso atesta, no mais das vezes, o espaço econômico nos termos propostos por François Perroux (1975) em meados do século XX. A idéia de território usado, por sua vez, impõe pensarmos o território em sua totalidade – espaço banal, espaço de todos, todo o espaço (SANTOS, et alii, 2000). Para além do espaço reticular e racional da ação hegemônica, o território, quando compreendido como território usado, espaço banal, aparece como recurso analítico pleno de um caráter político e humanista, porque precisa necessariamente contemplar todos os interesses e todas as razões de ser (e de existir), de todos os agentes.

Se um processo recente de atualização do território no sudoeste amazônico ocorre, de fato, como viabilizador do trabalho moderno, ou seja, se as novas infra-estruturas e normas territoriais são capazes de tornar facilitadas as modernas atividades do campo (sobretudo a nova instrumentalização do território que aparece recentemente em Rondônia) e fazer um uso do território apenas como recurso a ser apropriado de modo corporativo, as atividades não-modernas do campo acabam por enfrentar os desafios que o meio geográfico incipiente em técnica impõe às suas práticas, fazendo do território um verdadeiro abrigo (SANTOS, 2000), que acolhe lógicas de uma reprodução simples e que não se realiza em função de interesses que, no limite, se voltam para a acumulação corporativa e hegemônica do capital.

Se pontualmente algumas atividades agrícolas diretamente orientadas para os interesses da economia hegemônica aparecem como portadoras de um discurso de modernização (e da necessidade de mais modernização), contraditoriamente, para todo o “resto” do território, isto é, para o conjunto de todas as atividades simples, mas que aparecem com muita importância na vida de grande parte da sociedade no sudoeste amazônico, o peso de fatores ainda fortemente ligados à natureza e também os imperativos da distância continuam a figurar como um problema mesmo da existência, como bem reconhece Maria Laura Silveira (2006, p.82). É isso o que acontece com uma agricultura não-moderna e dita tradicional, voltada para um consumo local ou próximo, que se realiza hoje ainda com muita força no nos estados de Rondônia e Acre.

Devemos definir o porquê da escolha do conceito “não-moderno” para qualificar estas atividades do campo. Como a idéia de “campo moderno” aparece correntemente para designar atividades produtivas muito orientadas pelo agronegócio moderno (intenso em tecnologia e capital), no mais das vezes realizado para e sob o comando do mercado externo (um trabalho que não tem origem no lugar, pensado em função de demandas e anseios exógenos), tomamos o termo “não-moderno” para designar a natureza das atividades agrícolas realizadas no sudoeste amazônico que, por excelência, encontram abrigo no próprio território, ou seja, são tecidas e construídas em função dos

recursos, das demandas e das gentes do próprio lugar. Este campo não-moderno é assim garantia de trabalho intenso para grande parte de agricultores pouco capitalizados e na maior parte dos casos não-integrados aos grandes circuitos de distribuição ou de industrialização da produção.

As atividades não-modernas do campo são aquelas remanescentes da história e do espaço anteriores ao projeto de atualização recente do território, ou seja, são aquelas atividades que resultam do “espaço herdado” (SANTOS, 1996; RIBEIRO, 2005). Aparecem mesmo como “rugosidades”, guardadas e reproduzidas por aqueles que não podem ou que são incapazes de inserir-se de modo vantajoso no projeto agrícola moderno traçado para a região. Ao mesmo tempo, e dialeticamente, é preciso reconhecer que estas atividades não-modernas acabam, recentemente, também de certo modo se “atualizando”, por aparecerem hoje com uma maior importância tanto quantitativa quanto qualitativa.

No sudoeste amazônico, estas atividades não-modernas do campo mobilizam hoje muito mais gentes e capitais (ainda que sejam pequenos capitais), atuam em novos espaços (ainda que por vezes os menos valorizados), e, com esforço, conquistam aos poucos vitórias políticas importantes e praticam novas políticas de conquista do território para o trabalho (ocupações e novos assentamentos). Estas parecem ser algumas das características do campo pobre e não-moderno nos estados de Rondônia e Acre neste período atual.

### **CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES NÃO-MODERNAS NO CAMPO**

A compreensão das formas não-modernas de trabalho no campo nesta porção do país pode ser ampliada quando tomamos por base a idéia de rugosidades do espaço, desenvolvida por Milton Santos (1985, p.54; 1996, p.113). Para além da indicação de formas geográficas de origens pretéritas, de certo modo já não mais funcionais ao uso atual e às intenções presentes no território, a idéia de rugosidade serve, ao mesmo tempo, para a compreensão de estruturas e práticas sociais desenhadas em períodos outros e que acabam ora ou outra se tornando verdadeiras normas territoriais, porque criam “constrangimentos” às ações impostas de fora, deformam normas e vetores verticais que se instalam no período presente, exigindo assim os seus próprios meios de subsistência/permanência no território. É deste modo que “A particularidade resultante combina algumas das possibilidades atualmente oferecidas pelo Todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada. Daí essa resistência do espaço quando do impacto dos novos eventos, esse papel de inércia dinâmica das formas-conteúdo” (SANTOS, 1996, p.100).

Assim, em que pese as estratégias seletivas de avanço e consolidação das atividades modernas de produção no campo, o trabalho desempenhado na região por um conjunto de atores pouco capitalizados e não incluídos no mercado moderno ou de exportação continua (co)existindo e mesmo reforça as suas práticas no sudoeste amazônico, já que tais heranças acabam constituindo mesmo uma condição para as novas etapas de produção (SANTOS, 1996, p.112).

As práticas do extrativismo e a corrida dos camponeses para a abertura da fronteira, experiência de milhares de famílias que se dirigiram ao Acre e à Rondônia desde os anos 60, de certo modo encontram-se enraizados e culturalmente decantados na formação territorial atual, de modo a atuar como verdadeiras normas, ainda que apareçam hoje com certas adaptações ou transformações.

Esta situação no sudoeste amazônico é muito cara àquela reconhecida por Ariovaldo U. de Oliveira (1999, p.79), quando o autor afirma que os dados observados no território brasileiro revelam que a modernização e o progresso técnico não se generalizam em todo o campo, ocorrendo de forma concentrada tanto setorialmente quanto espacialmente. Assim, os usos muito desiguais da técnica, dos insumos modernos e do acesso aos financiamentos configuram as condições materiais que permitem reconhecer um campo não-moderno no Brasil e no sudoeste amazônico.

Alguns dados recentes revelam a concentração dos modernos instrumentos de trabalho no campo. Dos mais de 87 mil estabelecimentos agropecuários existentes em Rondônia no ano de 2006, pouco mais de 4,5 mil estabelecimentos concentravam os 5,7 mil tratores utilizados no estado. No

Acre, a concentração deste tipo de equipamento é ainda maior, dos 29,5 mil estabelecimentos agropecuários, menos de quatrocentos concentravam os 588 tratores existentes no estado (IBGE, 2007).

As relações de produção e as relações de parentesco entre os trabalhadores também indicam a natureza deste campo não-moderno. A situação da mão-de-obra no campo conhece mudanças entre 1996 e 2006, indicando tendências diferenciadas entre Rondônia e Acre, tal como apontam os dados do Censo Agropecuário (Tabela 1).

Tabela 1. Características dos estabelecimentos e da mão-de-obra no campo

ESTADO	1996	2006
<i>Número de estabelecimentos</i>		
Rondônia	76.956	87.397
Acre	23.788	29.488
<i>Pessoal ocupado (total)</i>		
Rondônia	304.523	276.983
Acre	93.586	99.289
<i>Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor</i>		
Rondônia	258.374	246.580
Acre	85.101	92.498
<i>Pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor</i>		
Rondônia	46.149	30.403
Acre	8.485	6.791

Estados de Rondônia e Acre (1996-2006)  
 Fonte: IBGE, 2007, p.82-83. Org. do autor.

Ainda que o número de estabelecimentos rurais aumente em ambos os estados, em Rondônia, entre 1996 e 2006, há queda no número de trabalhadores no campo, o que a primeira vista parece decorrer tanto do aumento dos habitantes nas cidades quanto da modernização agrícola. No Acre, ainda que também tenha ocorrido uma maior concentração da população nas cidades, aumenta o número de trabalhadores no campo, inclusive com aumento relativo daqueles que apresentam laços de parentesco com o produtor.

A forte presença dos laços de parentesco entre trabalhadores e produtores também é indicativo de que o trabalho familiar nas propriedades rurais continua a ter importância. O caso do Acre é emblemático, pois em 2006 mais de 90% dos trabalhadores do campo mantinham laços de parentesco com o produtor.

Estes estabelecimentos rurais explorados pela mão-de-obra familiar, que em grande parte resultam de programas de colonização e de projetos de reforma agrária, são em muito responsáveis por uma produção dita “tradicional” que, inclusive, enfrentam atualmente uma série de desafios, visto que muitos dos cultivos praticados neste campo não-moderno acabam se enfraquecendo em termos de produção, mas continuam a figurar como alternativa, quiçá única, para uma importante parcela dos produtores.

Numa unidade da federação como o Acre esta agricultura não-moderna emprega praticamente toda a população que habita o campo. Apesar de enfrentar inúmeras dificuldades e não contar muitas vezes com apoio técnico e financeiro das instituições públicas, a produção de pequeno porte e com emprego de mão-de-obra familiar corresponde a 80% de toda a produção agrícola no Acre (FERREIRA, 2008). Resta-lhes, portanto, a alternativa de produzir aquilo que o consumo mais próximo demanda de modo também mais direto. Como a produção é pouca e existe demanda pela importação de gêneros agrícolas produzidos em outras áreas do país, há possibilidades de um crescimento da produção para o abastecimento do próprio estado, já que muito do que é consumido nas cidades é proveniente de fora. Faltam, deste modo, melhores estratégias de produção e de inserção da produção de pequeno porte nos mercados urbanos.

Algumas áreas aparecem como potenciais produtoras de importantes gêneros agrícolas – no vale do Juruá, por exemplo, pequenos produtores (a maioria assentados em projetos de reforma agrária) se dedicam ao cultivo de diferentes espécies de feijão, muito valorizadas no mercado local. Mais uma vez, as dificuldades no transporte (e no escoamento da produção) e a estrutura de distribuição do que é produzido (com a presença de atravessadores) acaba por diminuir a renda do pequeno produtor no campo.

Gênero produzido muito em função do consumo local, a mandioca aparece como o cultivo agrícola de maior volume no Acre e em Rondônia, movimentando a economia no campo e nas cidades em função dos empreendimentos que fabricam a farinha. Estima-se que somente em Cruzeiro do Sul e municípios do seu entorno existam cerca de três mil casas de farinha em funcionamento, que recebem e manufaturam a produção de milhares de famílias de agricultores no vale do Juruá. O consumo anual de mandioca no Acre chega a 16,6 quilos por habitante e em Rondônia alcança 7,9 quilos (FERREIRA, 2008). Esta farinha produzida em Cruzeiro do Sul é distribuída e consumida em boa parte da região amazônica e acaba por configurar-se como uma das principais atividades econômicas do lugar.

Estas atividades da agropecuária pautadas numa reprodução simples, que não se utiliza das técnicas modernas, dos insumos elaborados cientificamente e que têm pouco acesso aos financiamentos, também aparecem com muita importância em grande parte dos municípios rondonienses. Uma economia de base rural não-moderna aparece mesmo como característica de vários municípios pouco urbanizados e mais uma vez marcados pela falta de infra-estrutura. No vale do Guaporé, sobretudo nos municípios de São Miguel do Guaporé, Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, mas também em municípios como Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, entre outros, a prática das atividades não-modernas e de uma produção muito voltada para o consumo no próprio lugar aparece com importância na economia. Segundo dados divulgados pela imprensa local, cerca de 80% dos estabelecimentos rurais do estado de Rondônia são ocupados por agricultores familiares (COELHO, 2007).

É importante, em ambos os estados, a atuação da Emater (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural), que trabalha em parceria com as instituições estaduais por meio de vários programas que visam a extensão rural, constituindo-se no mais das vezes como o único apoio técnico. Em Rondônia, onde a instituição está presente em todos os municípios (com 71 escritórios), foram mais de sessenta e três mil as famílias assistidas pela Emater no ano de 2007 (SEAPES, 2007).

O advento da questão ambiental e a preocupação com a sustentabilidade dos recursos na agricultura (que emergem a partir das últimas décadas do século XX) têm hoje muito influenciado (e mesmo regulado) as políticas públicas e privadas para a produção agropecuária na Amazônia (ainda que não falem exemplos de expansão das áreas de pastagem sobre a floresta). Disto resulta que, atualmente, ações dos governos estaduais e federal (através do INCRA e Embrapa) procuram incentivar uma modalidade diferenciada de agricultura nos projetos de assentamento. No caso da agricultura de pequeno porte, é sobretudo a idéia de “sistemas agroflorestais” que aparece como uma verdadeira imposição às práticas de colonos e assentados em projetos de assentamento que são “formatados” para obedecer a alguns critérios de preservação da cobertura vegetal.

Os chamados sistemas agroflorestais (SAFs) configuram um tipo de consórcio em que espécies exploradas economicamente são cultivadas junto às áreas de floresta ou mesmo em áreas de recuperação florestal (VIEIRA, et. alli. 2008). Retorna-se, portanto, às antigas formas de cultivo tradicionais, visto que estas “(...) práticas do que hoje diversos agrônomos e engenheiros florestais chamam de sistemas agroflorestais seria uma das melhores tradições das populações da região” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.41).

Este sistema de plantio acaba por tornar-se um regulador das práticas agrícolas de pequeno porte, aparecendo diretamente ligado às políticas de assentamento para reforma agrária, tal como é o caso dos chamados “pólos agroflorestais”, uma modalidade particular de assentamento rural (Figura 2).



Figura 2. Área cultivada no Pólo Agroflorestal Municipal  
Geraldo Mesquita, Rio Branco-AC  
(Foto do autor, julho de 2006)

Os cultivos de frutas em meio a remanescentes de floresta e de hortaliças em áreas abertas (com uso de sombreamento) constituem algumas das principais atividades das colônias nos pólos agroflorestais

As primeiras experiências do sistema agroflorestal no sudoeste da Amazônia iniciam-se na década de oitenta, no distrito de Vila Nova Califórnia, em Porto Velho, e hoje já se encontram bastante difundidas tanto em Rondônia quanto no Acre. Grande parte dos assentamentos ocupa antigas áreas de pastagens degradadas e são exigentes de alguma recuperação da fertilidade dos solos. O problema que aparece é justamente este, a maior preocupação desta proposta de sistema agroflorestal parece residir principalmente nos aspectos ambientais, restando em segundo plano demais aspectos do território usado.

Na prática, este tipo de orientação produtiva sofre uma série de limitações. Os projetos agroflorestais demandam tempo, investimento em tecnologia e orientação técnica aos produtores, sendo que nem todas as experiências desta modalidade têm obtido o retorno esperado, e mesmo não são praticadas tal como prevêem as propostas dos governos estaduais e do INCRA.

Pensada em outros termos, esta agricultura do campo não-moderno poderia ser privilegiada por políticas outras que se voltassem principalmente para uma melhoria direta das condições materiais de vida e das condições de produção nos assentamentos. As dificuldades de transporte, a oferta dos serviços de educação e saúde (quando existem) são no mais das vezes precários, a assistência técnica de órgãos como Emater e Sebrae é ainda pouco eficiente, tornando assim limitadas as possibilidades de desenvolvimento neste campo pobre, o que muitas vezes torna as práticas agrícolas muito próximas de uma agricultura que se presta apenas à subsistência. Este é também o caso das atividades de populações tradicionais como indígenas, ribeirinhos e seringueiros.

## POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CAMPO NÃO-MODERNO: RIBEIRINHOS, INDÍGENAS E SERINGUEIROS

Há que se levar em conta o trabalho não-moderno realizado no campo também pelas populações tradicionais na região, tantas vezes não inserido na contabilidade oficial produção agrícola.

Dados do ano de 2006 indicavam considerável quantidade de população ribeirinha no território acreano. Eram 85 mil os habitantes ribeirinhos (mais de 10% do total do estado), distribuídos por mais de setecentas localidades em todos os municípios do Acre (ACRE, 2008, p.22-23). Mesmo numa cidade como Rio Branco, capital onde o acesso às modernidades do período ocorre potencialmente de forma mais facilitada, eram quase seis mil os ribeirinhos, a maioria concentrada no rio Riozinho (Riozinho do Rola). No vale do Juruá, o número e proporção dos ribeirinhos é ainda maior, habitando por vezes espaços de muito difícil acesso.

Na maioria dos casos, estas populações são responsáveis pela manutenção, de uma forma ou de outra, das práticas culturais e mesmo de um modo de vida característico da floresta (Foto 2), onde sobrevivem as práticas extrativistas, de coleta, caça e pesca. Trata-se da manutenção, ainda que atualmente um tanto já modificada e constantemente ameaçada, de um “tempo lento” (SANTOS, 1996), um tempo local que ainda é regido em função da dinâmica dos recursos e do próprio ritmo da natureza .



Figura 3. Comunidade ribeirinha, rio Moa, Cruzeiro do Sul-AC.

Várias comunidades ribeirinhas no rio Moa se dedicam à atividades de pesca, roças de subsistência, coleta do murmuru e fabricação de carvão (Foto do autor, julho de 2007).

Em Rondônia, cuja rede viária aparece com maior densidade e maior extensão, estas populações tradicionais da Amazônia restam em menor quantidade e de certo modo já se encontram mais voltadas à vida urbana. Na medida em que o território se torna mais equipado, mesmo que este equipamento signifique precárias estradas vicinais, interligando cidades e vilas, o habitante ribeirinho acaba muitas vezes se deslocando para outras áreas. No entanto, a ligação destas populações com os recursos dos rios não deixa de ser importante. Em 2008, eram cerca de cinco mil os pescadores profissionais em Rondônia, metade deles concentrada apenas no município de Porto Velho .

A inserção das modernidades e de novas atividades no campo, mas também os baixos preços e a falta de uma política eficaz voltada para a produção da borracha acabam por tornar o trabalho do extrativismo do látex praticamente inexistente em Rondônia (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). No

estado do Acre, que produz quase a metade do total nacional, o trabalho dos seringueiros subsiste e nitidamente exemplifica como este campo não-moderno é resultado de uma inércia produtiva, constituindo rugosidades no território. A produção que em 1990 era de quase 12 mil toneladas (látex coagulado), foi reduzida a pouco mais de 1200 toneladas em 2007 (IBGE-SIDRA, 2008). Os municípios de Plácido de Castro e Cruzeiro do Sul, que eram os maiores produtores em 1990, aparecem atualmente com uma produção pouquíssima e nula, indicando a proporção da crise do extrativismo. Até mesmo a castanha do Brasil (castanha do Pará), que em 2005 foi um dos principais produtos de exportação para outros países (atrás somente das madeiras) (ACRE, 2006, p.108-109), conhece decréscimo (51 mil ton. em 1990 contra 30 mil ton. em 2007) (IBGE-SIDRA, 2008), ainda que iniciativas de cooperativismo apresentem bons resultados como alternativa de renda para produtores que exploram tal atividade, como é o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-AC.

Em ambos os estados, as práticas extrativistas aparecem com mais importância sobretudo para aqueles que habitam as reservas extrativistas (RESEX). Como o extrativismo ocupa justamente estes lugares menos densos em técnica, é possível que tais práticas talvez sejam mais intensas do que se imagina (não aparecendo nas estatísticas oficiais) visto que a exploração de tais recursos acaba se tornando a única opção de trabalho para os que habitam a floresta.

Outro tipo de trabalho no campo é aquele realizado pelos indígenas. No Acre, onde recentemente foram descobertos novos grupos isolados, o número de indígenas ultrapassa os quatorze mil indivíduos (2006), distribuídos por cerca de duzentas aldeias no estado (ACRE, 2008). Em Rondônia, a população em terras indígenas contabiliza mais de seis mil indivíduos. Em que pese as dificuldades, estes povos buscam a manutenção de seus modos de vida e lutam pela garantia de uso de suas terras e pela demarcação dos seus territórios, ligando-se a movimentos políticos de expressão nacional e mesmo internacional.

As transformações territoriais que atingem as comunidades tradicionais da Amazônia foram capazes de induzir uma organização política de seringueiros, indígenas e ribeirinhos, e a mobilização de lideranças sociais que, articuladas a movimentos sociais locais/nacionais têm lutado pela garantia de direitos que são, sobretudo, também direitos de uso e permanência em seus territórios. Desde a mobilização social para a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e a organização dos chamados Povos da Floresta, em meados da década de oitenta, estes movimentos têm atualmente se fortalecido. Criam-se associações de cunho político para a defesa de indígenas, movimentos sociais organizados defendem interesses de populações ribeirinhas que sofrem com deslocamentos compulsórios, como é o caso do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), em Rondônia, com a atual construção da usina de Santo Antônio, e foi o caso também da criação das RESEX, como forma de manutenção das atividades dos seringueiros.

Estas populações tradicionais são portadoras de uma organização comunitária, que revela possibilidades outras de uso do território, com a manutenção do trabalho e da produção simples e muito voltados para o suprimento das demandas locais. A mesma lógica simples de reprodução no campo pode ser observada junto a uma infinidade de assentamentos rurais, que continuam a aumentar no sudoeste amazônico, onde o campo não-moderno revela formas outras de realização da agricultura, ainda que, no mais das vezes, a precariedade das condições de produção e de vida apareça como um desafio constante.

### **AUMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E A PERSISTÊNCIA DA PRECARIIDADE**

Com todas as limitações de ordem material que se arrastam até os dias de hoje, milhares de famílias de camponeses continuam a ser assentadas, nestes nos últimos anos, nos estados de Rondônia e Acre. Os assentamentos tomam novas formas, conhecem recentes experiências de “modernização” com vistas à preservação do meio (sistemas agroflorestais), ou ainda conhecem uma orientação para a criação de animais, com introdução da pecuária e da piscicultura.

Os dados oficiais (INCRA) demonstram o quanto tem aumentado o número de assentamentos no sudoeste amazônico. Entre os anos de 1995 a 2002 (governos Fernando Henrique Cardoso-PSDB), aumentam consideravelmente o número de assentamentos, principalmente em Rondônia, ainda que tenhamos de levar em conta a natureza destes novos empreendimentos (quantidade e qualidade das terras disponibilizadas, número de assentados, crédito e assistência técnica fornecida, etc.) (Figuras 4 e 5).

A partir de 2002, e até o ano de 2007 (governos Luis Inácio Lula da Silva-PT), parece haver outro tipo de orientação nas políticas de assentamento para fins de reforma agrária na região. Aumentam o número dos projetos de assentamento no estado do Acre (que também é governado pelo Partido dos Trabalhadores) – são cinquenta e um novos assentamentos instalados no período, que ocupam uma área de quase quatro milhões de hectares (seis vezes mais do que a área destinada nos governos FHC/PSDB). O volume de terras destinado à reforma agrária no Acre precisa ser relativizado, visto que inclui as áreas de preservação permanente (floresta), em que os assentados devem, em alguns casos, manter até 80% da cobertura vegetal dos lotes.

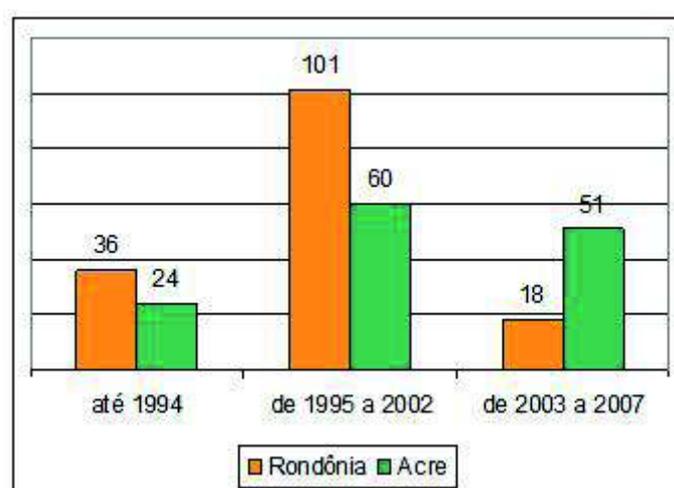


Figura 4. Número de Assentamentos criados pelo INCRA (RO e AC)

Fonte: INCRA. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos\\_criados2.jpg](http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos_criados2.jpg)>, acesso em abril de 2008. Organizado pelo autor.

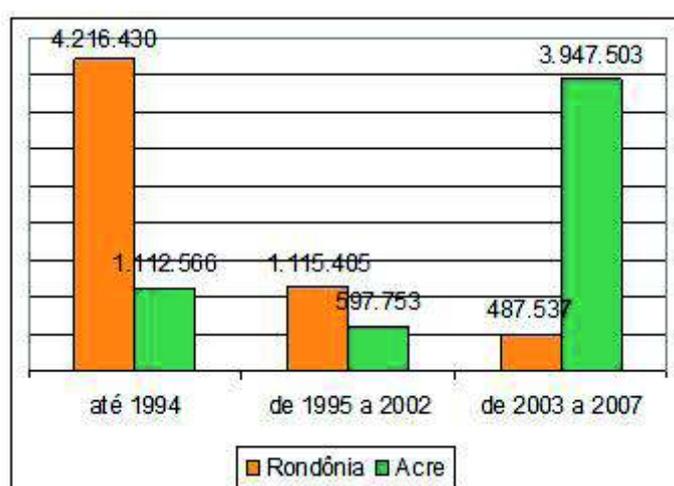


Figura 5. Hectares destinados à reforma agrária pelo INCRA (RO e AC)

Fonte: INCRA. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos\\_criados2.jpg](http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos_criados2.jpg)>, acesso em abril de 2008. Organizado pelo autor.

É preciso levar em conta que existem assentamentos de reforma agrária implantados pelos governos estaduais e até mesmo pelos governos municipais, e em que pese as políticas recentes de implantação de novos assentamentos, é necessário avaliar de que modo tais projetos têm sido efetivados. Parece haver uma política de assentamento em áreas pouco apropriadas em termos de recursos locais (condições edáficas, disponibilidade de água, etc.), bem como projetos instalados de forma bastante precária (ramais em péssimas condições de tráfego, a grandes distâncias dos núcleos urbanos mais próximos, etc.), dificultando o acesso aos serviços de saúde e educação e a comercialização da produção.

Se a agricultura moderna e tecnicizada da soja praticada hoje no estado de Rondônia possui amplo financiamento público e privado, além de constantes renegociações das dívidas dos grandes produtores, atualmente o INCRA disponibiliza pouquíssimos recursos para as atividades desempenhadas pelas famílias assentadas em projetos de reforma agrária, de modo que a produção nos lotes acaba por vezes sendo comprometida, principalmente para aqueles assentados que não possuem um mínimo de recursos para aplicação na produção. O serviço de crédito a que este campo não-moderno e de pequena dimensão tem acesso é basicamente o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que na Amazônia pode ser tomado tanto a partir do Banco do Brasil quanto do Banco da Amazônia (BASA) (por este último através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO).

No entanto, como faltam informação e uma política que oportunize amplo acesso ao crédito às propriedades de pequeno porte e voltadas para a produção de consumo local, muitos dos agricultores assentados acabam por praticar seus cultivos de forma bastante incipiente, aproximando-se muitas vezes de uma produção em grande parte voltada para a subsistência. É este tipo de agricultura que podemos encontrar até hoje em vários dos assentamentos de Rondônia e Acre, sobretudo naquelas porções mais isoladas do território e distantes de um mercado consumidor próximo. O problema, em ambos os estados, está mais uma vez muito relacionado à configuração do meio geográfico, o que implica em diferentes condições materiais, acolhendo de forma bastante diferenciada os trabalhos no campo.

Um conjunto dos principais condicionantes parece ser a distância e a rarefação técnica do território. Milton Santos adverte que a idéia de distância deve também ser relativizada (1984, 2007, p.115), pois ela não se exerce igualmente sobre todos os agentes no território, onde entram em jogo as condições do meio e também as condições sociais.

Em assentamentos localizados em áreas próximas aos maiores núcleos urbanos, existe alguma facilidade de produção, sobretudo pela maior facilidade do seu escoamento. Produz-se, assim, gêneros de maior rentabilidade, o que, em muitos casos, também são aqueles mais perecíveis e de consumo imediato (como verduras e hortaliças). No entanto, à medida que as distâncias e a rarefação das infra-estruturas técnicas que dão suporte à produção aumentam, o trabalho no campo acaba por tornar-se penoso, implicando, na maioria das vezes, grandes limitações ao uso da terra.

Em Sena Madureira, município localizado a cerca de 150 km de Rio Branco, pudemos visitar um assentamento que retrata exatamente tais limitações. Trata-se do Projeto de Assentamento Edilza Carneiro, distante 38 km da área urbana de Sena Madureira, sendo 20 km de ramal em leito de terra (ramal Uirapuru), praticamente intrafegável durante o período das chuvas.

Segundo informações obtidas junto aos colonos, toda a área do assentamento, onde hoje residem cerca de 80 famílias, era originalmente parte da Floresta Estadual do Antimary, unidade de conservação de manejo sustentável. Em que pese a instalação recente do PA Edilza Carneiro (regulamentado pelo INCRA em 2005), pudemos observar características da típica agricultura pouco capitalizada e mesmo realizada em um contexto bastante precário, onde a produção é por vezes muito voltada para o consumo apenas dos próprios assentados.

Por ser produto de fácil aceitação no mercado, e que praticamente não exige cuidados, a coleta da castanha constitui a principal fonte de renda do assentamento Edilza Carneiro (praticada por cerca de 30% dos colonos). Dentre os principais cultivos que possuem alguma comercialização,

encontram-se aqueles voltados para a alimentação básica, tais como milho, mandioca (farinha), alguns legumes, banana, abacaxi, mamão, pimenta e também pequenos animais (sobretudo frangos). Para consumo dos próprios assentados também existe alguma produção de arroz, urucum, cana-de-açúcar e leite.

Se no caso da agricultura moderna de exportação o que regula as atividades do campo são sobretudo os preços e as demandas do produto no exterior, nos assentamentos agrícolas do campo não-moderno existe clara evidência de que a preocupação maior de grande parte dos produtores volta-se para a produção de subsistência nos lotes. Em outras palavras, nesta agricultura pobre de atividades simples, não existe prévia mercantilização da relação entre produção e consumo. A preocupação em se produzir aquilo que pode ser consumido localmente pelas famílias é maior do que aquela produção voltada para a venda, ou seja, para a inserção facilitada do que fora produzido no mercado, ainda que a condição precária de tráfego no ramal que dá acesso ao referido assentamento seja apontada como o maior problema pelos colonos (Figura 6).



Figura 6: Ramal Uirapuru, Assentamento Edilza Carneiro, Sena Madureira-AC

As condições precárias acabam por condicionar o trabalho no assentamento, principalmente no período das chuvas, quando se torna dificultado o acesso de veículos (Foto do autor, julho de 2007).

Não se constituem maiores esforços para a resolução de questões básicas para a inserção da produção no mercado, como é o caso até hoje de uma dependência dos “atravessadores” (marreteiros), que adquirem a produção e a comercializam principalmente em Rio Branco .

Se a renda obtida com a venda da produção é pouca, é preciso levar em conta que há como viver e sustentar a família com a pequena produção realizada no interior próprio lote. Levar em conta o consumo familiar dos gêneros produzidos no próprio lote é de fundamental importância , pois acaba por demonstrar que a terra garante o sustento da família no campo, ainda que, no mais das vezes, as condições de habitação, educação e saúde sejam as mais precárias. A importância

deste consumo da própria produção pode ser observada tanto no PA Edilza Carneiro, em Sena Madureira, como em outros assentamentos visitados no Acre, como foi o caso do Pólo-Agroflorestal Geraldo Mesquita (Rio Branco) e o Pólo-Agroflorestal Dom Moacir (Bujari). Em geral, pode-se viver bem nos assentamentos (já que as necessidades não são as mesmas daquelas difundidas na cidade). Ainda que com poucos investimentos e com assistência técnica precária, as condições de habitação no campo acabam sendo preferidas entre muitos dos colonos, garantia de propriedade da terra e de lugar para a habitação, ainda que no mais das vezes as moradias sejam bastante simples (ou mesmo precárias).

Os maiores empecilhos continuam a ser os da mobilidade, bastante reduzida, visto que em geral os agricultores não possuem veículos próprios (já que a renda é baixa), o que gera extrema dependência tanto no que se refere à distribuição daquilo que é produzido no campo, quanto para necessidades ligadas à educação dos jovens e aos tratamentos de saúde. Pudemos observar em Rondônia e também no Acre a existência de escolas rurais que, ainda que precárias e funcionando em esquema multiseriado, prestam para que crianças e jovens tenham alguma instrução. A questão dos serviços de saúde é ainda mais precária, visto que o atendimento médico, quando existente, é escasso e ineficiente para os problemas mais graves e urgentes.

Em assentamentos localizados em áreas mais próximas às cidades, é comum o desejo entre os mais jovens de frequentar a escola urbana, ou ainda a realização de trabalhos pouco remunerados na cidade, o que tem feito com que parte da família acabe por migrar. Para os que não contam com a pesquisa científico-técnica comum das atividades modernas, e conhecendo mesmo a escassez daquela assistência técnica mais elementar, existem aqueles que acabam por deixar o campo em busca de oportunidades de trabalho na cidade, ainda que o movimento inverso também apareça, indicando que há dificuldades de inserção do homem do campo no espaço urbano e que a demanda pela criação de novos assentamentos ainda não fora totalmente suprida tanto no Acre como em Rondônia.

O próprio governo federal reconhece as limitações para o desenvolvimento da produção e a melhoria das condições de vida no campo pobre, e inicia trabalhos que, em tese, voltam-se para as áreas rurais mais pobres do país. Em Rondônia e Acre pode-se observar atualmente a expansão do Programa “Luz Para Todos” (Governo Federal), que busca tornar ampliada a oferta de energia no campo. Em Rondônia, há esforços do governo estadual para a universalização dos serviços de telefonia celular junto a áreas rurais mais pobres, enquanto que no Acre esforços têm sido orientados para a realização do chamado “Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos”, projeto do INCRA financiado pelo governo federal que, numa primeira fase, será realizado em 37 projetos de assentamento.

Existem inclusive programas recentes que têm sido orientados para uma retomada do planejamento territorial, tal como parece ser o caso do Programa “Territórios da Cidadania” (implantado pelo INCRA/MDA em 2008), que visa levar melhorias a alguns espaços agrícolas pobres, mas de certo modo já consolidados (Figura 7).

Em Rondônia, tal programa cria o chamado “Território Central (Ji-paraná)”, na região onde justamente existe grande quantidade de projetos de assentamento que até hoje conhecem uma série de limitações no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades produtivas. No Acre, o mesmo Programa cria o chamado “Território do Alto Acre e Capixaba”, região das mais ocupadas pela agricultura no estado do Acre, onde se encontram 17 projetos de assentamento e mais de 4 mil famílias assentadas.

Como não se investe de modo a abarcar a totalidade dos assentamentos e das atividades do campo pobre, são construídos esforços seletivos que “escolhem” porções territoriais delimitadas e, inclusive, promovem com tais políticas (pautadas em experiências de “desenvolvimento territorial/local”) a criação de novos recortes territoriais, beneficiados por estas políticas públicas mitigadoras. A proposta do programa “Territórios da Cidadania” está baseada em investimentos direcionados a tais espaços para a organização dita “sustentável” da produção, para ações que assegurem o direito à saúde, educação, cultura, o acesso à água, infra-estrutura e apoio à gestão territorial (especialmente

a ações de regularização fundiária). Resta-nos pensar quais serão os recursos aplicados e qual será o destino da cidadania daqueles que, não incluídos em tais programas (que agora selecionam por uma base territorial), habitam outras partes do território.

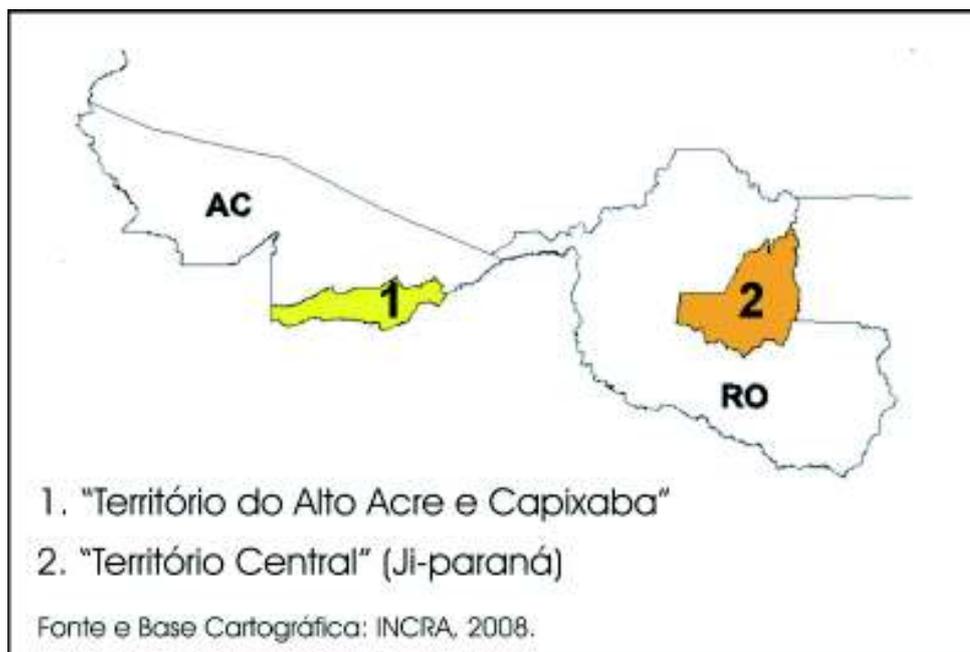


Figura 7. O Programa "Territórios da Cidadania" (INCRA/MDA) no Sudoeste Amazônico

### **CAMPO NÃO-MODERNO E SUAS INTERAÇÕES COM A CIDADE**

Se o urbano regula cada vez mais os nexos da produção agrícola moderna, as atividades agrícolas do campo não-moderno voltadas para o consumo local também se tornam cada vez mais dependentes de um consumo que é realizado nas cidades. Como aparecem novas necessidades para a vida no campo, que demandam o consumo daquilo que não é produzido diretamente no meio rural, a necessidade das trocas se impõe cada vez mais como elemento central na vida destes produtores do campo não-moderno, exigente assim de alguma transação que se realiza principalmente nas cidades.

Como a tarefa de escoamento da produção é por vezes difícil entre agricultores pouco capitalizados (ausência muitas vezes de meios de transporte, precariedade das vias de circulação, distância dos centros consumidores, etc.), muitos dos pequenos proprietários e assentados em projetos de reforma agrária necessitam estabelecer relações com atravessadores que adquirem a produção no campo e fazem a distribuição destes gêneros nas cidades.

Outras estratégias também são praticadas, como é o caso do aluguel de caminhões ou outros veículos para o transporte até a cidade. No Acre, pudemos observar práticas de parcerias entre produtores de assentamentos próximos à Rio Branco (Pólo Agroflorestal Geraldo Mesquita) que de forma conjunta contratam frete uma vez por semana para distribuir a produção na feira da cidade, ou ainda a estratégia de organização de serviços de transporte coletivo (caminhões), que transportam diariamente produtores e pequenos volumes da produção realizada em ramais afastados do núcleo urbano em Cruzeiro do Sul. Assim, a economia do campo não-moderno se dá de forma diretamente ligada a serviços e ao consumo que se realiza no espaço das cidades.

Nas grandes feiras semanais, como a que ocorre aos domingos no Cai N'água, em Porto Velho, ou mesmo junto aos espaços dos mercados públicos, aos sábados em Rio Branco, é comum encontrarmos grande quantidade de produtores comercializando em barracas ou mesmo sobre veículos a produção agrícola que é realizada em áreas próximas a estas cidades. Aliás, os espaços das feiras

realizadas nas porções centrais das cidades constituem às vezes oportunidade única de inserção desta produção agrícola no mercado local (Figura 8).



Figura 8. Aspecto das feiras no sudoeste da Amazônia.

Tanto as feiras permanentes, como é o caso da Feira do Produtor em Rio Branco (à esquerda), quanto as feiras semanais, tal como a feira que acontece aos domingos, no Cai N'água, em Porto Velho (à direita), constituem importantes espaços de comercialização da produção agrícola local de pequeno porte (Fotos do autor, julho de 2007 / janeiro de 2009).

Assim, em todo o sudoeste amazônico é bastante comum observarmos a venda de gêneros agrícolas por produtores que comercializam diretamente nos espaços das feiras ou mesmo ocupando espaços públicos como ruas e praças.

Agregando pequenos produtores e também alguns trabalhadores que se dedicam apenas à comercialização, até mesmo onde o agronegócio aparece com mais força estas práticas do campo não-moderno persistem e constituem os meios privilegiados para a manutenção de pequenos agricultores. Num município como Vilhena, onde prevalece o agronegócio de exportação (principal município produtor de soja de Rondônia), a feira é realizada três vezes por semana e aos domingos ocupa um local administrado pela prefeitura, onde se comercializa gêneros agrícolas, carnes e alguns produtos manufaturados (artesanatos, roupas e importados). Com a realização de coleta de dados a partir de entrevistas realizadas junto a estes feirantes, pudemos avaliar algumas características locais da produção não-moderna no campo vilhenense (sobretudo a localização, tamanho e características das propriedades, estratégias de comercialização e de financiamento da produção).

A maioria dos feirantes em Vilhena produz tudo ou parte do que comercializam na feira (quatorze feirantes), sendo pequeno o número daqueles que apenas realizam a comercialização (três feirantes). Dentre os principais produtos estão as verduras e legumes (principalmente tomate), laranja, banana, mandioca, etc. A grande maioria produz no próprio município, em áreas com dimensões que variam de pouco mais de uma dezena de hectares até àquela produção realizada em pequenas chácaras ou mesmo nos quintais de casas na cidade. A maior parte destes produtores comercializa a produção principalmente através da feira ou em pequenos mercados locais, sendo que alguns poucos comercializam a produção também em outros municípios, como Ariquemes, Porto Velho e mesmo em Sapezal-MT. Pouco mais da metade dos produtores disse já ter obtido financiamento para as suas atividades, sendo o BASA o principal financiador, seguido do Banco do Brasil. Ainda segundo estes produtores, os empréstimos tomados para o custeio da produção são principalmente os disponibilizados pelo Pronaf (diziam eles, "Pronafinho"), que é distribuído por ambas as instituições (Basa/Banco do Brasil), e entre os principais itens financiados estão o custeio de produção, estufas para verduras e também a compra de gado de leite. Deste modo, são, no mais das vezes, pequenos produtores que têm nas feiras urbanas ou nos pequenos mercados a oportunidade privilegiada de inserção da sua produção, voltada ao consumo local ou próximo.

Este mercado urbano pouco organizado e tão pouco atendido pelas políticas públicas, que configura também o mercado dito “informal”, acaba por assumir muita centralidade no que diz respeito à distribuição e consumo da pequena produção agrícola local. Assim, o circuito inferior da economia (SANTOS, 1979, 2004) praticado nas cidades acaba tornando-se importante elo de manutenção da produção e da economia não-hegemônicas, ao mesmo tempo em que garante a inserção desta produção agrícola não-moderna e pouco intensa em capital, e também o consumo entre aqueles que, nas cidades, figuram como consumidores pouco capitalizados.

### FORÇA E LIÇÕES DO CAMPO NÃO-MODERNO NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA

O que leva pessoas a lutar toda uma vida por uma pequena propriedade que, muitas vezes, significa isolamento e acesso incerto ou bastante precário aos recursos e serviços mais essenciais para a sobrevivência? As atividades agrícolas praticadas neste campo não-moderno do sudoeste amazônico nos ensinam a enxergar a agricultura para além da razão puramente econômica e do raciocínio meramente técnico.

Pensado como um todo, o território usado no sudoeste da Amazônia revela o quanto a modernidade e a racionalidade hegemônicas não alcançam todos os espaços, todos os objetos e todas as ações. As atividades produtivas do campo não-moderno são indicativas desta crise, ou seja, da incoerência do projeto de atualização territorial tal como ele ocorre hoje – seletivo, corporativo e hierárquico, porque incapaz de aparecer como um futuro vantajoso para todos no território.

Este sistema de atividades realizado em função das próprias necessidades e carências do lugar estabelece laços de solidariedade que são típicos de uma lógica horizontal de uso do território (SANTOS, 1994, p.93). Se a renda produzida por tais atividades é pouca e se a acumulação praticamente inexistente, este campo não-moderno e pouco capitalizado aparece como o espaço em que a solidariedade entre os homens ainda tem lugar. Mudadas as condições de vida, no mais das vezes tão precárias até os dias de hoje, este campo não-moderno e esta produção de pequena dimensão praticadas em Rondônia e Acre figurariam como alternativa muito válida para uma organização mais justa do território.

Ainda que esforços tenham sido feitos, e que algum recurso público venha sendo mobilizado, se houvesse mais justa distribuição de renda e, portanto, mais justo pagamento pelo trabalho realizado, ao invés da sobre acumulação do capital que hoje dá suporte à agricultura hegemônica de exportação (que concentra as atenções de pesquisa, de investimento em infra-estrutura e de financiamentos público), haveria como tornar mais dignas as condições de vida do trabalhador e do habitante deste campo não-moderno. Trata-se de modificar as bases políticas de uso do território e encontrar as possibilidades de uma aplicação de recursos de modo a tornar mais igualitária a distribuição da riqueza a toda sociedade.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACRE (Estado). **Acre em números 2006**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2006.

ACRE (Estado). **Acre em números 2007-2008**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2008.

ARAÚJO, Chico. Acre importa mais de 70% dos alimentos que consome. **Folha do Acre**. Rio Branco, 12/04/2008. Disponível em <[http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver\\_noticia.php?id\\_noticia=1811&editoria=9](http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=1811&editoria=9)>, acesso em 12/04/2008.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

COELHO, Juliana. Café, mais quantidade e qualidade. **Folha de Rondônia**, Ji-paraná, 30/10/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 30/10/2007.

- FERREIRA, Edmilson. Acre descobre o sabor do Juruá. Página 20. Rio Branco, **Caderno Cotidiano**, 09/11/2007. Disponível em <<http://www.pagina20.com.br>>, acesso em 09/11/2007.
- FERREIRA, Edmilson. A mandioca e suas 600 utilidades. **Agência de notícias do Acre, Rio Branco**, 04/03/2008. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em 04/03/2008.
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**. Paris, vol.14, n.3, p.29-47, 1975.
- GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006** (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro, 2007.
- IBGE-SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA** (Produção Agrícola Municipal, PAM). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em julho de 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.
- PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; et. alli. Avaliação da sustentabilidade de sistemas agroflorestais no estado do Acre. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). **Pesquisa Sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental. Aventuras e desventuras**. Rio Branco: Edufac, 2005. p.77-128.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. Migrantes Amazônicos. **Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, Cap.3. p.97-110.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo**. Da territorialidade seringueira (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; ARUZZO, Roberta Carvalho; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p.93-111.
- SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 (1979).
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007 (1984).
- SANTOS, Milton; et. alli. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.
- SILVA, Silvio Simione. **Resistência Camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia acreana**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2005.
- SEAPES-RO (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia). **Rondônia, crescer é o nosso perfil** (Relatório de Gestão - Seapes 2007). Porto Velho: SEAPES/RO, 2007.
- SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp**. São Paulo, n.º 19, p.81-91, 2006.
- TAVARES, Luciano. Banco da Amazônia disponibiliza R\$ 32 milhões para agricultura familiar do Acre. Página 20. **Caderno Cotidiano**. Rio Branco, 21/02/2008. Disponível em <<http://www.pagina20.com.br>>, acesso em 21/02/2008.

VIEIRA, Abadio Hermes; LOCATELLI, Marília; MACEDO, Rafael de Souza. **Sistemas agroflorestais e a conservação do solo**. Agronline. Disponível em <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=322>>, acesso em 24 de setembro de 2008.

Trabalho enviado em fevereiro de 2010

Trabalho aceito em setembro de 2010